



MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP

Rua Nove de Julho, nº 690, Centro - CEP 18300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924

Email:juridico@capaobonito.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

LEI MUNICIPAL Nº 5.386, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Capão Bonito - SP, para o Exercício de 2024, e dá outras providências.

DR. JULIO FERNANDO GALVÃO DIAS, Prefeito do Município de Capão Bonito, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e é promulgada a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Capão Bonito para o exercício de 2024 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 275.000.000,00 (Duzentos e setenta e cinco milhões de reais).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2024 estima a Receita em R\$ 275.000.000,00 (Duzentos e setenta e cinco milhões de reais) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 6.770.000,00 (Seis milhões, setecentos e setenta mil reais) e em R\$ 268.230.000,00 (Duzentos e sessenta e oito milhões, duzentos e trinta mil reais) para o Poder Executivo.

§ 1º. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	269.740.500,00
1.1. Receita Tributária	40.090.000,00
1.2. Receita de Contribuições	3.101.000,00
1.3. Receita Patrimonial	5.879.000,00
1.6. Receita de Serviços	238.000,00
1.7. Transferências Correntes	219.028.000,00



MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP

Rua Nove de Julho, nº 690, Centro - CEP 18300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924

Email:juridico@capaobonito.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

1.9. Outras Receitas Correntes	1.404.500,00
9.1. Deduções da Receita	-24.280.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	29.539.500,00
2.4. Transferências de Capital	29.539.500,00
TOTAL	275.000.000,00

§ 2º. A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	6.770.000,00
02.01 - CHEFIA DO EXECUTIVO	4.678.000,00
02.03 - SECRETARIA MUN. DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	1.671.000,00
02.04 - SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	9.912.500,00
02.05 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	23.083.500,00
02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	78.715.000,00
02.08 - SECRETARIA MUN. DE AGROPECUÁRIA, OBRAS E MEIO AMBIENTE	23.902.000,00
02.09 - SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO	17.324.000,00
02.10 - SECRETARIA MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA	10.991.000,00
02.11 - SECRETARIA MUN. DE GOVERNO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	1.395.000,00
02.12 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA	96.558.000,00
TOTAL	275.000.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	6.770.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	34.360.500,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	7.020.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.877.500,00
10. SAÚDE	78.715.000,00
12. EDUCAÇÃO	93.567.500,00



MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP

Rua Nove de Julho, nº 690, Centro - CEP 18300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924

Email:juridico@capaobonito.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

13. CULTURA	1.829.000,00
15. URBANISMO	33.409.000,00
16. HABITAÇÃO	180.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	596.000,00
20. AGRICULTURA	2.195.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.115.000,00
26. TRANSPORTE	3.204.000,00
27. DESPORTO E LAZER	1.161.500,00
TOTAL	275.000.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
031. AÇÃO LEGISLATIVA	6.770.000,00
121. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.958.000,00
122. ADMINISTRAÇÃO GERAL	28.461.500,00
123. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	18.940.500,00
181. POLICIAMENTO	100.000,00
182. DEFESA CIVIL	233.000,00
183. INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	1.350.000,00
241. ASSISTÊNCIA AO IDOSO	13.000,00
243. ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	700.000,00
244. ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.733.000,00
301. ATENÇÃO BÁSICA	28.036.000,00
302. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	41.582.000,00
303. SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.795.000,00
304. VIGILÂNCIA SANITÁRIA	619.000,00
305. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	2.298.000,00
306. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	6.648.000,00
361. ENSINO FUNDAMENTAL	56.964.500,00
362. ENSINO MÉDIO	1.910.000,00
363. ENSINO PROFISSIONAL	40.000,00
364. ENSINO SUPERIOR	542.000,00
365. EDUCAÇÃO INFANTIL	23.702.000,00
366. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	287.000,00
367. EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.463.000,00
392. DIFUSÃO CULTURAL	1.829.000,00
451. INFRAESTRUTURA URBANA	14.686.000,00
452. SERVIÇOS URBANOS	19.188.000,00
453. TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	2.700.000,00
482. HABITAÇÃO URBANA	180.000,00
541. PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	556.000,00
542. CONTROLE AMBIENTAL	40.000,00
606. EXTENSÃO RURAL	2.195.000,00



MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP

Rua Nove de Julho, nº 690, Centro - CEP 18300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924

Email: juridico@capaobonito.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

691. PROMOÇÃO COMERCIAL	768.000,00
695. TURISMO	347.000,00
782. TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.204.000,00
812. DESPORTO COMUNITÁRIO	1.161.500,00
TOTAL	275.000.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	213.567.500,00
3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	121.153.500,00
3.2.90.00 - Juros e Encargos da Dívida	5.000,00
3.3.50.00 - Transf. a Inst. Privadas/ sem fins Lucrativos	23.326.500,00
3.3.71.00 - Transf. a Consórcios Públicos	25.000,00
3.3.90.00 - Aplicações Diretas	69.057.500,00
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	55.719.000,00
4.4.90.00 - Investimentos	52.719.000,00
4.6.90.00 - Amortização da Dívida	3.000.000,00
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.713.500,00
TOTAL	275.000.000,00

Art. 3º Os recursos de Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

Parágrafo único. Não se efetivando até o dia 31/10/2024 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Processo de Desapropriação; Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando a Cobrança da Dívida de acordo com o previsto no Orçamento da Receita; os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de Créditos Adicionais Suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento 2024 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Abrir créditos adicionais suplementares com os recursos provenientes de Superávit Financeiro, nos termos do artigo 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – Abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 6% (seis por cento) do total da despesa, provenientes do Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;



MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP

Rua Nove de Julho, n° 690, Centro - CEP 18300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924

Email:juridico@capaobonito.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

III – Abrir créditos adicionais suplementares com recursos financeiros não previstos na presente lei, provenientes de convênios, contratos, repasses, transferências ou congêneres, até o limite dos valores conveniados;

IV - Contingenciar parte das dotações quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos na conformidade do Art. 7º da Lei 4.712 de 01 de julho de 2020 (LDO/2024).

Art. 5º O Poder Executivo fica ainda, autorizado, por decreto, a desdobrar as fontes de recursos das dotações, do orçamento de 2024, segundo a proposta do projeto AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como reintegrá-las quando necessário desde que preservado o valor global de cada dotação e, observado o equilíbrio das contas, por fontes.

Parágrafo único A fonte 01 – Tesouro, poderá ser desdobrada em quantas fontes forem necessárias, enquanto que os desdobramentos das fontes 02 – Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados e fonte 05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados, somente poderão ocorrer entre ambas.

Art. 6º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos e códigos de aplicações identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

Art. 7º Durante o exercício de 2024 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, ou antecipação da Receita até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 8º Será reservado na proposta orçamentária do Executivo, o limite de (2%) dois por cento da receita corrente líquida para atender as emendas individuais dos vereadores decorrentes do orçamento impositivo.

§ 1º. Metade do percentual definido no caput será destinada a ações e serviços públicos de saúde.



MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP

Rua Nove de Julho, nº 690, Centro - CEP 18300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924

Email: juridico@capaobonito.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

§ 2º. Os valores equivalentes a 2% da Receita corrente líquida realizada serão evidenciados no orçamento à título de reserva de contingência – emendas impositivas.

Art. 9º A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.

Paço Municipal Doutor “João Pereira dos Santos Filho”, 30 de novembro de 2023.



DR. JULIO FERNANDO GALVÃO DIAS
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e afixada na SPG, registrada na data supra.

**MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP**Rua Nove de Julho, n° 690, Centro - CEP 13300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924
Email: juridico@capaobonito.sp.gov.br**SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS****LEI MUNICIPAL N° 5.386, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023.**

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Capão Bonito - SP, para o Exercício de 2024, e dá outras providências.

DR. JULIO FERNANDO GALVÃO DIAS, Prefeito do Município de Capão Bonito, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e é promulgada a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1° O Orçamento Geral do Município de Capão Bonito para o exercício de 2024 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 275.000.000,00 (Duzentos e setenta e cinco milhões de reais).

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2° O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2024 estima a Receita em R\$ 275.000.000,00 (Duzentos e setenta e cinco milhões de reais) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 6.770.000,00 (Seis milhões, setecentos e setenta mil reais) e em R\$ 268.230.000,00 (Duzentos e sessenta e oito milhões, duzentos e trinta mil reais) para o Poder Executivo.

§ 1°. A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	269.740.500,00
1.1. Receita Tributária	40.090.000,00
1.2. Receita de Contribuições	3.101.000,00
1.3. Receita Patrimonial	5.879.000,00
1.6. Receita de Serviços	238.000,00
1.7. Transferências Correntes	219.028.000,00
1.9. Outras Receitas Correntes	1.404.500,00
9.1. Deduções da Receita	-24.280.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	29.539.500,00
2.4. Transferências de Capital	29.539.500,00
TOTAL	275.000.000,00

§ 2°. A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a



MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP

Rua Nova de Julho, n° 690, Centro - CEP 18300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924
Email: juridico@capaobonito.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01.01 - CÂMARA MUNICIPAL	6.770.000,00
02.01 - CHEFIA DO EXECUTIVO	4.678.000,00
02.03 - SECRETARIA MUN. DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	1.671.000,00
02.04 - SECRETARIA MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	9.912.500,00
02.05 - SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	23.083.500,00
02.07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	78.715.000,00
02.08 - SECRETARIA MUN. DE AGROPECUÁRIA, OBRAS E MEIO AMBIENTE	23.902.000,00
02.09 - SECRETARIA MUN. DE PLANEJAMENTO	17.324.000,00
02.10 - SECRETARIA MUN. DE SEGURANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE URBANA	10.991.000,00
02.11 - SECRETARIA MUN. DE GOVERNO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	1.395.000,00
02.12 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA	96.558.000,00
TOTAL	275.000.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	6.770.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	34.360.500,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	7.020.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.877.500,00
10. SAÚDE	78.715.000,00
12. EDUCAÇÃO	93.567.500,00
13. CULTURA	1.829.000,00
15. URBANISMO	33.409.000,00
16. HABITAÇÃO	180.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	596.000,00
20. AGRICULTURA	2.195.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.115.000,00
26. TRANSPORTE	3.204.000,00
27. DESPORTO E LAZER	1.161.500,00
TOTAL	275.000.000,00



MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP

Rua Nove de Julho, nº 690, Centro - CEP 13300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924
Email: juridico@capaobonito.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

III - CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
031. AÇÃO LEGISLATIVA	6.770.000,00
121. PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.958.000,00
122. ADMINISTRAÇÃO GERAL	28.461.500,00
123. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	18.940.500,00
181. POLICIAMENTO	100.000,00
182. DEFESA CIVIL	233.000,00
183. INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	1.350.000,00
241. ASSISTÊNCIA AO IDOSO	13.000,00
243. ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	700.000,00
244. ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	3.733.000,00
301. ATENÇÃO BÁSICA	28.036.000,00
302. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	41.582.000,00
303. SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	1.795.000,00
304. VIGILÂNCIA SANITÁRIA	619.000,00
305. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	2.298.000,00
306. ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	6.648.000,00
361. ENSINO FUNDAMENTAL	56.964.500,00
362. ENSINO MÉDIO	1.910.000,00
363. ENSINO PROFISSIONAL	40.000,00
364. ENSINO SUPERIOR	542.000,00
365. EDUCAÇÃO INFANTIL	23.702.000,00
366. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	287.000,00
367. EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.463.000,00
392. DIFUSÃO CULTURAL	1.829.000,00
451. INFRAESTRUTURA URBANA	14.686.000,00
452. SERVIÇOS URBANOS	19.188.000,00
453. TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	2.700.000,00
482. HABITAÇÃO URBANA	180.000,00
541. PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	556.000,00
542. CONTROLE AMBIENTAL	40.000,00
606. EXTENSÃO RURAL	2.195.000,00
691. PROMOÇÃO COMERCIAL	768.000,00
695. TURISMO	347.000,00
782. TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3.204.000,00
812. DESPORTO COMUNITÁRIO	1.161.500,00
TOTAL	275.000.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	213.567.500,00



MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP

Rua Nove de Julho, nº 590, Centro - CEP 13300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924
Email: juridico@capaobonito.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

3.1.90.00 – Pessoal e Encargos Sociais	121.153.500,00
3.2.90.00 – Juros e Encargos da Dívida	5.000,00
3.3.50.00 – Transf. a Inst. Privadas/ sem fins Lucrativos	23.326.500,00
3.3.71.00 – Transf. a Consórcios Públicos	25.000,00
3.3.90.00 – Aplicações Diretas	69.057.500,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	55.719.000,00
4.4.90.00 – Investimentos	52.719.000,00
4.6.90.00 – Amortização da Dívida	3.000.000,00
9.9.99.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.713.500,00
TOTAL	275.000.000,00

Art. 3º Os recursos de Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor.

Parágrafo único. Não se efetivando até o dia 31/10/2024 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Processo de Desapropriação; Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando a Cobrança da Dívida de acordo com o previsto no Orçamento da Receita; os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de Créditos Adicionais Suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento 2024 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Abrir créditos adicionais suplementares com os recursos provenientes de Superávit Financeiro, nos termos do artigo 43, § 1º, I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – Abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 6% (seis por cento) do total da despesa, provenientes do Excesso de Arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III – Abrir créditos adicionais suplementares com recursos financeiros não previstos na presente lei, provenientes de convênios, contratos, repasses, transferências ou congêneres, até o limite dos valores conveniados;

IV - Contingenciar parte das dotações quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos na conformidade do Art. 7º da Lei 4.712 de 01 de julho de 2020 (LDO/2024).

Art. 5º O Poder Executivo fica ainda, autorizado, por decreto, a desdobrar as fontes de recursos das dotações, do orçamento de 2024, segundo a proposta do projeto AUDESP do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, bem como

**MUNICÍPIO DE CAPÃO BONITO/SP**

Rua Nove de Julho, nº 690, Centro - CEP 18300 - 900 - Fone (015) 3543.9900 - RAMAL 9924
Email: juridico@capaobonito.sp.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS

reintegrá-las quando necessário desde que preservado o valor global de cada dotação e, observado o equilíbrio das contas, por fontes.

Parágrafo único A fonte 01 – Tesouro, poderá ser desdobrada em quantas fontes forem necessárias, enquanto que os desdobramentos das fontes 02 – Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados e fonte 05 – Transferências e Convênios Federais – Vinculados, somente poderão ocorrer entre ambas.

Art. 6º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos e códigos de aplicações identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

Art. 7º Durante o exercício de 2024 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei, ou antecipação da Receita até o limite estabelecido pela legislação em vigor.

Art. 8º Será reservado na proposta orçamentária do Executivo, o limite de (2%) dois por cento da receita corrente líquida para atender as emendas individuais dos vereadores decorrentes do orçamento impositivo.

§ 1º. Metade do percentual definido no caput será destinada a ações e serviços públicos de saúde.

§ 2º. Os valores equivalentes a 2% da Receita corrente líquida realizada serão evidenciados no orçamento à título de reserva de contingência – emendas impositivas.

Art. 9º A presente Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024.

Paço Municipal Doutor “João Pereira dos Santos Filho”, 30 de novembro, de 2023.

DR. JULIO FERNANDO GALVÃO DIAS
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e afixada na SPG, registrada na data supra.